



ACÓRDÃO Nº1159/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11514/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Itacoatiara.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Benedito Cabral Rezende Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 506/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Benedito Cabral Rezende Júnior**, responsável pela Câmara Municipal de Itacoatiara, no curso do exercício 2021, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Benedito Cabral Rezende Júnior**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.3. **Recomendar** à Câmara Municipal de Itacoatiara que sempre apresente, nas prestações de contas, a comprovação completa de pagamentos de despesas (fornecedores, prestadores de serviços, contratos etc.), bem como faça o inventário dos bens imóveis, conforme registrado no Balanço Patrimonial.
- 10.4. **Determinar** que seja recomendado às Comissões de Inspeções ordinárias da DICAMI que, em exercícios futuros, observem se há



ACÓRDÃO Nº1159/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

reincidência nas restrições correspondentes aos itens n.º 03 e n.º 12 do Relatório Conclusivo da DICAMI que, no caso, são respectivamente, o esclarecimento quanto às providências que estão sendo tomadas para regularizar valores resultantes da não comprovação e comprovação parcial de pagamentos de despesas (fornecedores, prestadores de serviços, contratos etc.) e a ausência do inventário dos bens imóveis, conforme registrado no Balanço Patrimonial.

10.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de junho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral